

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO PLENÁRIA ON-LINE DO VIGÉSIMO PRIMEIRO CONCÍLIO GERAL DA IGREJA METODISTA REALIZADA NO DIA ONZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM, a partir de link próprio informado oportunamente, convocado pelo Bispo Luiz Vergílio Batista da Rosa, Presidente do Colégio Episcopal, em 08 de setembro de 2021 (**Anexo 1**) em conformidade com os Artigos 124 e seguintes, dos Cânones da Igreja Metodista – edição dois mil e dezessete, bem como em observância ao Ato Complementar número um de dois mil e vinte e um (**Anexo 2**) que, publicado em nove de julho do presente ano, estabeleceu “a realização da sessão online do Vigésimo Primeiro Concílio Geral (Artigo primeiro); que a sessão em questão contará com o suporte técnico necessário para a participação de todos os delegados e delegadas devidamente convocados e convocadas (Artigo segundo). A Primeira Sessão Plenária é presidida pelo Bispo Luiz Vergílio Batista da Rosa, Presidente do Colégio Episcopal, a partir da Sala do Edifício Sigma da Universidade Metodista de São Paulo, à Rua do Sacramento, 230, Rudge Ramos, São Bernardo do Campo, SP, através da Plataforma Zoom e com Sistema VIS (Virtual Interactive Solutions) de votação, para voto remoto. **DEVOCIONAL DE ABERTURA**: às nove horas e três minutos, tem início a Devocional de Abertura, conforme convocação do bispo presidente (**Anexo 3**), inicia com o *Prelúdio*: Amor e gratidão - HE 273 (Vídeo disponível em: <https://youtu.be/Va4IEIexp8w> [Letra: Sarah Poulton Kalley; Música: Frederick Charles Maker; Piano: Liséte Espíndola; Filmagem e Edição: Ingrid Espíndola]; a *Saudação e acolhida*: pelo Revmo. Bispo Luiz Vergílio Batista da Rosa, Presidente; a *Leitura Bíblica*: Isaías 12.2-6; o *Hino de Adoração*: A nova do Evangelho - HE 5 (Vídeo disponível em: <https://youtu.be/F4pZ88NwqCU> [Letra e Música: Samuel Wesley Martin; Adap: Joseph Jones; Vozes: Claudenir Espíndola, Claudia Contieri, Ingrid Espíndola, Jonadab Almeida, Liséte Espíndola, Margarida Ribeiro, Milena Novais, Rodrigo Freitas; Piano: Liséte Espíndola; Filmagem e Edição: Ingrid Espíndola]; *Oração* pelo Revmo. Bispo Adonias Pereira do Lago; *Reflexão Bíblica*: pelo Revmo. Bispo José Carlos Peres, Vice-Presidente; a *Bênção cantada*: Paz seja contigo (Vídeo disponível em: <https://youtu.be/Qc6cRw87I2g> [Homero Perera; Piano: Liséte Espíndola; Imagens: YouTube; Edição: Ingrid Espíndola]; *Poslúdio*: Deus do Impossível (Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UDd2ngyOQXY> . Autoria de Alda Celia. Interpretada por Anna Flávia Salomão Reis e ao piano Liséte Espíndola; sem direitos autorais]. O culto é encerrado às nove horas e trinta e oito minutos. **DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO CONCÍLIO**: às nove horas e quarenta minutos, retomando a palavra, o Revmo. Bispo Presidente chama à ordem e declara instalado o 21o Concílio Geral da Igreja Metodista o Revmo. O Bispo Presidente Luiz Vergílio Batista da Rosa orienta o Plenário enfatizando que nossa identidade conciliar é marcada pela empatia e por um senso de identidade, mas, numa sessão online, todos e todas são desafiados e desafiadas a exercerem duas qualidades essenciais: a serenidade e a paciência, tendo em vista todos os desafios que uma sessão online proporciona aos participantes. A seguir, convida o irmão Davi Betts, membro do Grupo de Trabalho de Organização do 21o. CG para orientações gerais acerca da dinâmica que será utilizada através da plataforma ZOOM e do sistema de votação VIS. Retomando a palavra, o Revmo Bispo Presidente chama à ordem e declara instalado o 21o Concílio Geral da Igreja Metodista convocado para reunir-se em uma primeira sessão on-line no dia onze de dezembro de dois mil e vinte e um, que ocorre pela plataforma ZOOM e

51 Sistema VIS de Votação. Também solicita ao Irmão Davi Betts a conferência da
52 Lista de Presença, através da dinâmica própria utilizada para verificação de
53 quórum. O Bispo Presidente declara que temos 324 participantes entre membros
54 votantes e não votantes. A seguir, para verificação do quórum, o irmão Davi Betts
55 orienta os participantes a acessarem o sistema de votação VIS. Pedido de
56 esclarecimento do Rev. Orlando Carrafa – 4a RE: se há alguma medida de
57 proteção judicial com relação a possíveis situações que impeçam os conciliares da
58 participação na sessão. Pedido de esclarecimento: o irmão Luciano Sathler – 4a
59 RE: solicita o código da reunião para ingressar no sistema VIS. O resultado da
60 verificação do quórum apresenta 241 votantes presentes em nosso plenário virtual,
61 o que nos confere a condição da continuidade da sessão online. **Interrupção da**
62 **sessão:** Às dez horas e dezoito minutos é realizada uma pausa de dois minutos.
63 **Retomada da sessão:** a sessão é retomada as dez horas e vinte minutos. Pedido
64 de esclarecimento: Eduardo Seixas Júnior – 3a RE: pedido de esclarecimento com
65 relação à quantidade total de votantes. O Bispo Presidente esclarece que no total
66 são 266 votantes e, em nossa verificação constam 241. **PROPOSTA DE**
67 **AGENDA:** A seguir, é apresentada a agenda da sessão online (**Anexo 4**). É
68 proposta a votação. Encerrada a votação são apurados 220 favoráveis, 20
69 contrários e 02 abstenções. A Agenda é aprovada. **REGIMENTO DA SESSÃO**
70 **ONLINE:** como o documento já foi amplamente discutido nas delegações, é
71 proposta a votação (**Anexo 5**). A irmã Andressa Rélica Leite Rocha Oliveira
72 Ramos - REMNE solicita a leitura na íntegra de todo o documento com
73 justificativa de não tê-lo recebido. O Bispo Presidente encaminha a projeção do
74 documento para todo o plenário virtual. Solicitação de troca de delegado na 1a
75 RE, pelo Rev. Bruno Roberto: delegado clérigo Wander Xavier dos Santos por
76 Rafael Bernardo Pontes. Autorizado pelo Bispo Presidente. Pedido de
77 Esclarecimento: Rev. Ewander Ferreira Macêdo da 7a. RE: sobre o artigo 7o. do
78 Regimento da Sessão Online em que há uma diferença com relação ao mesmo
79 artigo do Regimento da Sessão presencial dos Concílios anteriores. O Bispo
80 Presidente orienta que seguirá a mesma clareza da sessão presencial. Pedido de
81 Esclarecimento: Revda. Margarida Fátima Souza Ribeiro da 2a. RE: quando o
82 delegado ou delegada já sentir-se representado ou representada nas falas de
83 predecessores/as à sua, para otimizar o tempo, a sugestão é que o inscrito ou
84 inscrita deveria abrir mão de sua fala. O Bispo Presidente orienta que essa atitude
85 deve partir do “bom senso” de cada participante, tendo em vista o fato de que
86 somos uma igreja representativa. Pedido de Esclarecimento do Rev. Bruno
87 Roberto – 1a RE: enfatiza que não ficou claro qual encaminhamento da
88 presidência com relação às propostas realizadas. Também fez menção à
89 possibilidade de abrir no chat o campo para se desistir da inscrição para a fala.
90 Também fez o pedido para a exposição da lista de inscritos para a fala durante as
91 discussões. Sobre o processo de apresentação de propostas o Bispo Presidente
92 realiza a leitura do Artigo 8o. do Regimento. Pedido de Esclarecimento: Rev.
93 Nivaldo Dias – 8a RE: sobre a quantidade de votantes no total. O Bispo Presidente
94 esclarece que são 266 no total. Questão de Ordem: Jamile Durães – REMNE:
95 Artigo 106 paragrafo 7o. Quando há proposta em discussão, não se pode realizar
96 votações. O Bispo Presidente declara a votação acerca do Regimento, que estava
97 em curso, deve ser anulada. A seguir, coloca novamente em votação a aprovação
98 do Regimento Interno do Concílio, e, convida a todos e todas ao novo processo
99 de votação Resultado: 246 votos favoráveis, 05 votos contrários e 02 abstenções.
100 Bispo Presidente solicita ao irmão Davi Betts a resposta para os esclarecimentos:

sobre o pedido de fala e possível desistência, não é viável por conta da possibilidade de não identificar corretamente e até incorrer em falhas nas demais inscrições, tendo em vista que o processo é gravado e a retirada da inscrição seria feita manualmente. Sobre a divulgação da lista de inscritos poderá ser projetada conforme solicitação. Sobre a não abertura das câmeras, se dá por conta da preservação da conexão de banda larga, tendo em vista que assim podem ser evitadas quedas nas conexões dos/as participantes. Pedido de Esclarecimento: Rev. Valter Nogueira Lobato - 1a RE: enfatiza o desejo da divulgação da lista de inscritos. O Bispo enfatiza que desde que requerida, a lista poderá ser divulgada em cada discussão de matéria. **Proposta** do Rev. Davis Roberto Daniel – 6a RE: **que em todas as votações seja apresentada a lista de inscritos independente da solicitação no momento.** Com apoio através das participações anteriores de conciliares, a proposta foi colocada em votação: 170 Favoráveis, 35 Contrários, 02 Abstenções. Proposta aprovada. A Pedido da líder da 7a RE, irmã Angela Lockmann de Macedo, é autorizada a substituição de delegado leigo: Nubia Regina Silva Martins Gomes por José Aurélio do Nascimento e Rev. Azoil Zerbinato pela Revda. Neucy dos Santos de Oliveira. Pedido de Esclarecimento: Rev. Rafael Oliveira – 8a RE: escrito no chat: se o sinal de alguma delegação cair impedindo a votação, qual será o procedimento. O Bispo Presidente esclarece sobre a necessidade da metade mais um dos presentes para o funcionamento do CG. Não havendo quórum a sessão deve ser interrompida. **HOMOLOGAÇÃO/ELEIÇÃO DE CARGOS E COMISSÕES:** o Bispo Presidente passa a ler as indicações da Presidência para cargos e comissões necessários ao funcionamento da sessão: **SECRETÁRIO DE ATAS:** Luciano José Martins da Silva – 5a RE. Resultado da Votação: 239 Favoráveis, 04 Contrários, 02 Abstenções. **COMISSÃO DE EXAMES DE ATAS:** conforme artigo 111 § II do Cânones 2017: Glaucia Mendes Oliveira Silvestre, Paulo Roberto Garcia e Vania Kratz Mendes. Resultado da Votação: 228 Favoráveis, 08 Contrários, 06 Abstenções. Questão de Ordem: Nivaldo Francisco Dias – 8a RE: artigo 238 fala sobre a indicação de pelo menos três nomes para cargos individuais. O Bispo Presidente esclarece pastoralmente que na sessão presencial há a formação da Comissão de Indicações, contudo, na sessão online, para funcionamento da sessão os nomes são apresentados para a homologação e funcionamento da sessão. Questão de Ordem: Augusto Piloto – 8a RE: divergência com relação à apresentação do resultado das votações. Bispo Presidente solicita a Mario Chapela, representante da SIP, empresa do Sistema VIS de votação, que esclarece que o resultado oficial será sempre projetado para o Bispo e que a atualização para todos e todas, iria gerar um delay, tendo em vista que o sistema prioriza o resultado principal para divulgação na transmissão ao vivo. **COMISSÃO DE REDAÇÃO:** conforme artigo 111 § IV do Cânones 2017: Cristiane Capeleti Pereira, Margarida Fatima Souza Ribeiro, Flavio Ricardo Hasten Reiter Artigas. Resultado da Votação: 227 Favoráveis, 10 Contrários, 03 Abstenções. **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO:** conforme artigo 111 § III do Cânones 2017: Hélio de Oliveira – 1a RE, Eva Regina Pereira Ramão – 2a RE, Alexandre Rocha Maia – 3a RE, Nara Patrícia Torres – 4a RE, Cleber Pereira Defina, Presidente -5a RE, Davis Roberto Daniel – 6a RE, Aline do Egypto Silva – 7a RE, Nivaldo Francisco Dias – 8a RE, Luis Fernando C. Souza Morais – REMNE, Darlene de Almeida Ferreira – REMA. Resultado da Votação: 226 Favoráveis, 04 Contrários, 01 Abstenção. Questão de Ordem: Jamile Durães – Artigo 9o do Regimento da Sessão Online: que o Presidente faça a declaração do

151 resultado em cada votação. Também pede que reconsidere o artigo, acrescentando
152 ao mesmo o tempo para a votação em cada matéria e que o tempo seja projetado
153 para acompanhamento de todos e todas. **Interrupção da sessão:** A Sessão é
154 interrompida às doze horas e seis minutos, com uma oração realizada pelo Bispo
155 Presidente, com previsão de retorno às treze horas e seis minutos. **Retomada da**
156 **Sessão:** a sessão é retomada às treze horas e doze minutos. **Verificação do**
157 **quórum:** O Bispo Presidente solicita a verificação de quórum através do sistema
158 de votação VIS. Resultado: 222 votantes presentes. **APRESENTAÇÃO DA**
159 **PROPOSTA DA COGEAM E DO COLÉGIO EPISCOPAL SOBRE AS**
160 **DATA DAS PRÓXIMAS SESSÕES DO 21oCG NA MODALIDADE**
161 **PRESENCIAL E PRORROGAÇÃO DOS MANDATOS:** É apresentada ao
162 plenário pelo irmão Algacyr Nunes da Silva Júnior – 8a RE e membro da atual
163 COGEAM a seguinte proposta: A *Coordenação Geral de Ação Missionária -*
164 *COGEAM, como “órgão de administração superior da Igreja” a quem compete*
165 *inclusive atuar “em substituição ao Concílio Geral” (Art. 140 e parágrafos) e o*
166 *Colégio Episcopal - CE, (Art. 119, inciso XXX; Art. 123, inciso I e alíneas), após*
167 *acompanharem os trabalhos, receberem informações, refletirem e deliberarem a*
168 *partir de ponderações, pareceres e outros encaminhamentos do Grupo de*
169 *Trabalho de Organização quanto à preparação do 21o. Concílio Geral, fazem as*
170 *seguintes considerações: Considerando: 1. Que a COGEAM e o CE, enquanto*
171 *órgãos legitimamente constituídos, desde 2018 vêm trabalhando na preparação*
172 *da reunião do 21o. Concílio Geral, tendo nomeado o Grupo de Trabalho em 09*
173 *de novembro de 2018, o qual já realizou 47 reuniões, desde 07 de dezembro de*
174 *2018, e vem trabalhando arduamente em assessoria e na execução dos*
175 *preparativos; 2. Que, após decisão de que a reunião do 21o. Concílio Geral*
176 *deveria ser realizado na 3a Região Eclesiástica, em local próximo a São Paulo,*
177 *SP, por proposta da Sede Regional, após pesquisa, foi aprovada a contratação*
178 *de Hotel na Cidade de Sorocaba, SP, ainda em julho de 2019, para oferecer os*
179 *serviços de hospedagem, alimentação, auditório para Plenário, salas de apoio,*
180 *mesas, cadeiras etc., nos dias 11 a 18 de julho de 2021; 3. Que foi dado*
181 *andamento à organização da reunião do 21o CG, com a preparação do Caderno*
182 *de Propostas, a realização da Avaliação Nacional, a realização de reuniões*
183 *diversas e com lideranças das delegações regionais, bem como, outros*
184 *procedimentos necessários; 4. Que, a partir de março de 2020, em decorrência*
185 *da pandemia provocada pela COVID 19, houve significativa mudança de*
186 *comportamento em toda a sociedade mundial, com a imposição de serias*
187 *restrições e, inclusive, com a decretação de “lock down” em algumas cidades de*
188 *nosso país, o que impactou significativamente o planejamento da reunião do 21o*
189 *Concílio Geral; 5. Que o CE, à luz da realidade e dos fatos apresentados,*
190 *encaminhou consulta de lei à Comissão Geral de Constituição e Justiça – CGCJ,*
191 *buscando alternativas para a realização da reunião do 21o Concílio Geral, a qual*
192 *resultou no acórdão 49/2021; 6. Que, diante do quadro geral de nossa sociedade*
193 *agravado pelo momento institucional que temos vivido, inclusive com constantes*
194 *bloqueios e transferências de recursos para contas judiciais, tanto da AIM*
195 *Nacional como das AIMs Regionais e, conseqüentemente, do próprio orçamento*
196 *do 21o Concílio Geral; 7. Que os valores ainda a serem pagos são de alta monta*
197 *e os valores anteriormente provisionados não estão mais disponíveis em razão*
198 *dos bloqueios e transferências judiciais já referidos; 8. Que alguns serviços já*
199 *estão contratados, como os prestados pelo Hotel e o sistema de votação, e outros*
200 *ainda deverão ser contratados, como é o caso dos sistemas de sonorização,*

projeção, votação, link dedicado de internet etc., **9.** *Que, do orçamento do 21o Concilio Geral, cerca de R\$ 330.000,00 é o valor previsto para ser provisionado do orçamento da própria Sede Nacional, recursos com os quais, não podemos contar, estes acrescidos do valor de R\$ 98.449,51 ainda a ser enviado por algumas das Regiões, totalizando R\$ 428.449,51;* **10.** *Que com informações levantadas pelo Grupo de Trabalho e após análise de diversos cenários de possibilidades, foi deliberado e anunciada a realização da 1a Sessão, em formato on-line, para tratar sobre o adiamento das demais sessões da reunião do 21o Concilio Geral e prorrogação de mandatos, posteriormente convocada para 11 de dezembro de 2021;* **11.** *Que, mesmo com significativa melhora dos indicadores relacionados à pandemia, ainda há sérios riscos à saúde e à vida de conciliares e equipes, seja pela ameaça de novas variantes, seja pelo fato das vacinas não oferecerem cobertura plena, inclusive com regressão no processo de flexibilização do Plano São Paulo;* **12.** *Que o 21o Concilio Geral é um evento que reúne cerca de 360 pessoas, de muitas faixas etárias, algumas auto identificadas como portadoras de comorbidade, vindas de todos os Estados, de avião, de ônibus, de carro próprio etc.;* **13.** *Que a possibilidade de realização das demais sessões no formato on-line em data próxima é inviável, por diversos motivos, como por exemplo: a necessidade de treinamento específico às outras demandas do 21o Concilio Geral, a adequação ao novo modelo, devido à complexidade das dinâmicas conciliares e o volume de matérias a serem tratadas, somadas à fragilidade da infraestrutura tecnológica em algumas localidades;* **14.** *Que a inviabilidade referida ainda se dá pela diversidade de características dos e das conciliares, incluindo uma parcela com serias dificuldades para se ajustar às funcionalidades dos equipamentos, das plataformas e dos sistemas utilizados;* **15.** *Que a mudança para a modalidade on-line implicaria a quebra de contrato com o hotel e o consequente pagamento da multa estabelecida em contrato, representando significativa perda financeira, além da necessidade de dispendir recursos para mais contratações não previstas no orçamento.* **Diante dos “considerados” proferidos, a COGEAM e o CE, no cuidado com a Vida e a Missão da Igreja, propõem:** *Que a segunda e as demais sessões da reunião do 21o Concilio Geral sejam realizados nos dias 03 a 10 de julho de 2022 e que os mandatos atualmente vigentes sejam prorrogados até 31 de dezembro de 2022.*

FINAL DA LEITURA DA PROPOSTA E ABERTURA PARA ESCLARECIMENTOS E DISCUSSÃO. Substituição de delegado da 3a RE: Valdecir Barreiros pelo irmão Marcos Odair de Sousa Santos. Voltando à proposta, é aberta a palavra para, em um primeiro momento, os pedidos de esclarecimentos. Substituição de delegado clérigo da 5a RE: Paulo de Tarso Caetano Pontes por Paulo Amêndola Filho. Pedido de Esclarecimento: Neiva Brum – 7a RE: Quanto tempo foi necessário para que fosse organizada a sessão online do 21o CG? – O Bispo Presidente solicita que o Rev. Jonadab Almeida, do GT de Organização responda a questão. O Rev. Jonadab informa que o trabalho durou cerca de 80 horas. Pedido de Esclarecimento: Eduardo Seixas Jr. – 3a Re: a) Quais as premissas foram utilizadas para chegarmos à conclusão e que julho seria a melhor data para o Concilio Presencial? No item 10 diz que informações, cenários e possibilidades, gostaria de saber quais informações foram essas? Quais Regiões ainda não pagaram o Concilio? Quais garantias de que tais Regiões mais a Sede Nacional, conseguirão honrar com os custos do Concilio até julho? Quais as garantias de que uma “quarta onda” não afete até lá? Por que o contrato com o hotel foi fechado com multa de 50% do valor pago antecipadamente? O Bispo

251 presidente informa que em linhas gerais, são projeções na expectativa de que haja
252 um avanço no processo sanitário do país, e que a realização do Concílio por parte
253 da Igreja, envolve processos e perspectivas próprias da identidade da igreja. Rev.
254 Jonadab segue a explicação ratificando a fala do Bispo Presidente. Sobre questões
255 práticas das perguntas, informa que ainda faltam cerca de R\$ 98.000,00 a serem
256 recebidos da parte da Regiões no rateio, mas, que pela projeção, os valores ainda
257 serão pagos, não caracterizando ainda a inadimplência, neste momento, quanto ao
258 envio do rateio dos custos da realização do 21o CG. Não há garantias de que a
259 Sede Nacional conseguirá arcar com todas as despesas até julho de 2022, o que há
260 é uma previsão feita pela equipe da tesouraria da Sede. A escolha do mês de julho
261 também se dá pela tradição da realização dos Concílios anteriores neste período
262 do ano, o que permite concluir a tempo os trabalhos decorrentes, como, por
263 exemplo, os das Comissões que trabalham para a publicação do Cânones, do Plano
264 Nacional Missionário e das Atas. Questão de Ordem: irmã Andressa Rélica –
265 REMNE: artigo do Regimento que fala sobre o tempo para discussão de matéria.
266 Bispo Presidente solicita que sejam acrescentados mais dez minutos, tendo em
267 vista que o monitor, ao iniciar o pedido de esclarecimentos marcava 20 minutos.
268 Questão de Ordem: Rev. Davis Daniel, sobre os artigos 11 e 14 do Regimento da
269 Sessão Online. Propõe a intermissão do artigo 11 para que a matéria seja debatida
270 o tempo que for necessário para o avanço no tema tão importante para a igreja.
271 Pedido de Esclarecimento: Rev. Bruno Roberto – 1a RE: solicita que seja
272 cumprida a decisão do plenário para a projeção dos inscritos. Proposta de
273 encerramento das inscrições para esclarecimentos. Recebe apoio. A seguir, foi
274 colocada em votação a proposta de intermissão do artigo 14 do Regimento.
275 Resultado da Votação: 169 Favoráveis, 65 Contrários, 13 Abstenções. Não foi
276 aprovada, por ser necessário o voto qualificado de 178 votos (2/3). Retomando a
277 lista de Pedido de Esclarecimento: a presidência informa que não irá considerar
278 solicitações que entrem no mérito da questão. Rogério da Silva Oliveira – 7a
279 RE: seu pedido já foi esclarecido pelo GT através do Rev. Jonadab e menciona
280 sobre a dificuldade em votar num tema em que não há devidas condições de
281 realização. Carla Alves Rosa – 7a RE: solicita que o GT explique com mais
282 detalhes as questões relativas às informações financeiras. Tempo esgotado. Bispo
283 Presidente solicita encaminhamento do plenário. Rev. Jonadab propõe a
284 prorrogação por mais trinta minutos para a discussão. A presidência acolhe tendo
285 como base a necessidade da discussão da matéria, tendo o entendimento de que a
286 maioria do plenário avaliza o encaminhamento. A proposta é aprovada. Rev.
287 Jonadab: a implicação de prejuízo seria com relação ao cancelamento ou redução
288 de dias que causasse um alto impacto financeiro. A questão considerada é que a
289 antecipação obrigará a quitação do contrato, o que por exemplo inviabiliza o
290 pagamento pelo atual momento financeiro que enfrentamos. Revda Renilda
291 Martins Garcia – 1a RE: quais as condições relativas à segurança financeira para
292 a realização do Concílio em julho? Outra questão: é inviável antecipar devido a
293 questões financeiras, assim, se trabalha apenas o foco da reunião presencial?
294 Existe possibilidade da realização do online? O Bispo Presidente explica que há
295 expectativa de que os custos financeiros sejam cumpridos até julho. Agora com
296 relação à segurança plena, o que existe de fato é a expectativa de que todas as
297 situações necessárias sejam sanadas para a realização da Sessão Presencial.
298 Ewander Ferreira de Macêdo – 7a RE: duas perguntas ao CE: comparativamente
299 quanto se leva para a instalação da Mesa do Concílio tendo em vista a sessão
300 online e a sessão presencial? – Outra questão: para a consideração da matéria,

além das questões de logística e financeira, precisamos também levar em conta o conteúdo pastoral desta proposta. O Bispo Presidente informa que o pedido fica sobre a mesa para ser respondido em tempo oportuno. Neiva Brum – 7a RE: o que a COGEAM está propondo é uma segunda sessão? O Bispo presidente lê a redação da proposta. Luiz Alceu Zapparoli – 3a RE: por que em julho, se estamos com dificuldade financeira num mês de alta temporada? Qual motivo do lugar escolhido? – O Bispo Presidente retoma a ideia da tradição da realização dos Concílios em julho e que este Concílio poderia alterar esta perspectiva. Sobre o local, foi acolhido a partir de indicação da 3a RE facilitando o acesso, mas também com um bom valor em se tratando de acertos econômicos. Neiva Brum – 7a RE: esta proposta da COGEAM não está na direção de induzir aos delegados/as a votarem no adiamento do CG? O Bispo Presidente reforça o valor do mandato recebido pelos delegados/as através da Igreja. Proposta de que se encerrem as inscrições para esclarecimentos. Apoiada. Verifica-se a lista e registra-se o Rev. Ronan Boechat da 1a RE como último inscrito. Resultado da Votação quanto ao encerramento das inscrições para esclarecimentos: 221 Favoráveis, 18 Contrários, 08 Abstenções. Aprovada. Seguindo as inscrições para esclarecimentos. Eduardo Seixas Jr. – 3a RE: Diante das mínimas garantias, por que não podemos antecipar? – Por que o fechamento do contrato permitiu uma multa de 50%? Rev. Jonadab informa que foi necessário refazer o contrato por conta do adiamento e, com parecer jurídico da AIM Nacional, ocorreu a aceitação da multa de 50%. O Bispo Luiz Vergílio informa o encerramento do tempo para os esclarecimentos e aguarda encaminhamento do plenário. Renato Oliveira (6a RE) propõe que seja aprovado o tempo necessário para ouvir os inscritos. Apoiado pelo Rev. João Coimbra da REMA. Bispo Vergílio passa a presidência para o Bispo José Carlos Peres. Alberto Saraiva Sampaio – 1a RE: se não há garantias, como poderemos votar? Jonadab Almeida nos informa que estamos no momento incerto, mas, ainda assim, ao que tudo indica, poderá ser uma alternativa mais viável para a realização presencial em julho de dois mil e vinte e dois. Alcileia de Oliveira – 1a RE: Por que não pode ser antecipado e a realização de parte do Concílio Online? – Também pede esclarecimento sobre o não rompimento do contrato com o hotel e a busca de outro hotel. Rev. Jonadab: na última negociação, uma boa parte do hotel já estava pago, o que implicaria uma grande perda na desistência do contrato. Robson Alexandre Pereira – 1a RE: sobre a não garantia com relação à pandemia e o momento histórico que vivemos, por que em nenhum momento foi trabalhado efetivamente o tema da realização do CG Online? Por que refazer um contrato antes desta sessão conciliar? – Bispo Luiz Vergílio reassume a presidência. O Bispo Presidente informa que em sua resposta está evitando entrar no mérito da questão. Também fez referência que nos cenários apontados pelo GT constava a realização do CG Online. Thiago Valentin – 3a RE: o grande entrave seria financeiro: a Sede já tinha os recursos para a realização em julho de 2021? – Caso não tivesse, boa parte dos recursos vem das Regiões e, se as Regiões estavam em atraso de julho de 2021, o que garantirá o recurso para julho de 2022? – O Bispo Presidente informa sobre o escalonamento do orçamento da Sede Nacional, tendo em vista o próprio avanço da pandemia, como em tempos passados, mesmo quando algumas Regiões não haviam realizado o pagamento de sua parte no rateio para a realização dos Concílios. Ronan Boechat – 1a RE: menciona a dificuldade de se posicionar diante da proposta e fez menção ao contexto que favorece a realização de um Concílio Online. **Interrupção da sessão:** Às quinze horas e onze minutos é realizada uma pausa. **Retomada da**

sessão: às quinze horas e vinte quatro minutos. Alguns inscritos e inscritas não foram chamados e chamadas, assim, o Bispo retoma a lista de esclarecimentos. Bruno Roberto – 1a RE: por que temos essa reunião online nesta data? Informa, também, que em maio a delegação da 1a RE enviou um pedido de construção de um cenário de realização online e presencial em janeiro com número menor de dias. O Bispo Presidente responde que todas as sugestões foram analisadas e acolhidas com o apoio de algumas assessorias o que, com as informações e dados que se tinham na época foi realizada a proposta da realização da Sessão do Concílio Online em dezembro. Sobre a escolha da data de onze de dezembro se deu para que, em se tratando do tempo canônico para uma nova convocação de 90 dias, a COGEAM e o CE entenderam ser importante realizar este cálculo de dias para a realização, se assim o plenário decidisse. Marcus Vinicius (Confederação de Homens) sugere que o valor pago ao Hotel poderia ser aproveitado para outras programações da Igreja, caso decida pela não realização do concílio presencial. Substituição de delegado Clérigo na 3a RE: Tays Rodrigues Rocha por Henrique Leal. Substituição de delegado Clérigo na 5a RE: Cleber Aparecido da Rocha por Paulo de Tarso Caetano Pontes. Findando os esclarecimentos, passamos à discussão da proposta. **Discussão da Proposta:** Algacyr Nunes da Silva Júnior é convidado a realizar novamente a leitura da proposta. O Bispo Presidente, com base no artigo 13 do Regimento, solicita a interrupção da transmissão da sessão para o público externo, ficando restrita apenas aos participantes da plataforma ZOOM. Em seguida, coloca em votação a interrupção da transmissão. Resultado: 184 Favoráveis, 44 Contrários, 06 Abstenções. Proposta aprovada. Tempo regimental e do Concílio encerrado. Proposta de Wesley Loureiro Venâncio que o tempo seja prorrogado até que se esgote a matéria. Paulo Amendola – propõe adendo de que seja até às dezoito horas de Brasília. Aceito o adendo. Resultado: 192 Favoráveis, 48 Contrários, 04 Abstenções. Questão de Ordem: Andressa Rélica – REMNE: com relação ao cabeçalho do que estamos respondendo no VIS. Que seja colocado todo o cabeçalho da proposta no VIS. Questão de Ordem: Bruno Roberto – 1a RE: Artigo 10 do Regimento. Fazendo referência ao fato de que a transmissão já havia sido interrompida há algum tempo e, neste sentido, quando levantou anteriormente a questão de ordem e não lhe foi dada a oportunidade, seria interessante manter os protocolos deixando o/a inscrito se manifestar. Questão de Ordem: Jamile Durães – REMNE: sobre o processo de votação e escrita no VIS para a discussão e votação de matéria. Entende que a organização está confusa, fazendo referência ao fato de que o cabeçalho das questões precisa ser fiel ao que está sendo discutido e votado. Sobre a votação acerca da interrupção da transmissão afirma que há algum tempo está ilegalmente interrompida e que a votação anterior foi votada sem discussão. O Bispo Presidente solicita que a mesma redija o pedido de reconsideração de matéria e apresente à presidência. Questão de Ordem: Ewander Ferreira de Macêdo – 7a RE: artigo 13, embasando a direção do Bispo Presidente com relação à interrupção da transmissão externa da sessão. Pedido de Esclarecimento: Davis Daniel – 6a RE: está confuso com relação ao encaminhamento: se estamos discutindo a questão suscitada pela irmã Jamile Durães ou seguindo a partir da fala do irmão Ewander. O Bispo Presidente esclarece que o artigo 13 embasou sua decisão. Substituição da REMA: Elizângela Lima da Silva Hifran por Nilda Amorim. Questão de Ordem: Jamile Durães – REMNE evoca o artigo 16. O Bispo presidente informa que a mesa encaminhará a solicitação formalizada pela irmã ao irmão Renato Oliveira, presidente da CGCJ. Questão de Ordem: Neiva Brum

– 7a RE: que seja respeitado o tempo para manifestação da CGCJ antes de se colocar a matéria em votação. Questão de Ordem: Rev. Nivaldo Dias – 8a RE, argumenta que enquanto o Concílio estiver reunido, a CGCJ não pode ser reunir. Carla Walquíria Vieira Pinheiro – Membro da CGCJ, em resposta à fala do Rev. Nivaldo Dias, informa que acordo com **artigo canônico 110, Parágrafo 9º** – a CGCJ aguarda encaminhamento e atua a partir de solicitação da mesa para manifestação. **DISCUSSÃO DA PROPOSTA DA COGEAM E CE:** iniciando pelos contrários e alternando com os favoráveis. Contrária: Jamile Durães – REMNE: Afirma que não há justificativa plausível para a prorrogação dos mandatos no contexto atual, não somos obrigados/as a eleger o CE e demais cargos apenas de maneira presencial, apesar de preferível, mas não é a única forma. O que foi perguntado na consulta de lei 49/2021 foi distinto e aconteceu na realidade. Várias organizações religiosas, associações, sociedades empresariais, universidades, conselhos profissionais realizaram suas assembleias, por meio virtual e elegeram suas respectivas diretorias, sem necessidade alguma de prorrogação. A lei 14.195 de 26 de agosto de 2021 permite expressamente que as assembleias de associações possam ser feitas por meio eletrônico. As restrições orçamentárias não justificam a não realização de uma votação virtual, inclusive estamos presos a um contrato com o hotel com cláusulas extremamente abusivas e que facilmente seriam derrubadas justamente por conta da recuperação judicial e da pandemia. Vários contratos tiveram que ser quebrados e não seria só nosso caso. Encerra declarando que rogava a Deus que tão somente a vontade d’Ele seja feita. Favorável: Ednei Reolon – 8a RE: convida a todos e todas que pensam diferente a refletirem a igreja como uma Associação e não como um “UFC”. Defende a tese de que a dificuldade de acesso à internet bem como o próprio cansaço do mundo virtual sejam entraves para as muitas sessões online, tendo em vista a comparação como modelo presencial de 08 dias em que, mesmo assim, ficam matérias sobre a mesa por não conseguirmos dar conta de toda a demanda. Contrário: Alberto Saraiva Sampaio – 1a RE: hoje percebemos que podemos realizar um Concílio Online, diante das dificuldades financeiras e restrições de saúde. O Bispo Luiz Vergílio passa a presidência para o Bispo Adonias Pereira do Lago. Favorável: Amós Teixeira da Silva – 4a RE: favorável diante das explicações já realizadas pelo GT diante de todas as dificuldades da realização do Concílio Presencial e as limitações da realização online. Também não vê problema na prorrogação dos mandatos, tendo em vista que aqueles/as que ocupam estes espaços receberam a delegação no Concílio Geral anterior. Bispo Luiz Vergílio reassume a presidência. Proposta: que se encerre as inscrições até o final da fala do irmão Roberto Pimenta. É informado ao plenário que de acordo com a lista de inscrição, o último inscrito na relação dos favoráveis é o Rev. Claudir Dutra da REMA e a última inscrita na relação dos contrários é a irmã Neiva Brum 7a RE. Resultado da votação sobre o encerramento das inscrições para falas: 201 Favoráveis, 21 Contrários, 01 Abstenções. A proposta é aprovada. Prossegue a discussão da proposta. Contrário: Roberto Pimenta – 1a RE: 2 Tm 1.6: contra o adiamento e prorrogação dos mandatos recomendando o acolhimento, em tempo apropriado de discussão, a proposta alternativa elaborada pela delegação da 1a RE. Favorável: Elizabeth Barbosa – 7a Re e CGCJ: sobre as cláusulas ditas abusivas, ressalta que é uma relação contratual regida pelas regras de mercado. Favorável ao adiamento por conta de toda realidade da Igreja bem como, a garantia de acesso aos delegados e delegadas e, também não “enxerga” problemas com relação à prorrogação dos mandatos. Contrário: Davis Daniel – 6a

451 RE: o adiamento condicionado ao problema do hotel, é o menor dos problemas.
452 Certamente poderiam ser realizadas algumas sessões para eleições, como uma
453 resposta diante de tantos dilemas vivenciados pela Igreja. Favorável: Paulo
454 Amêndola – 5a RE: pesa o fato da assinatura de todo o CE e COGEAM, bem
455 como, toda a escrita bem elucidativa com relação aos aspectos sanitário e
456 financeiro que vivemos. Questão de ordem: Pedido de Intermissão do Regimento
457 Eduardo Seixas Jr. – 3a RE: Artigo 10o do Regimento, paragrafo 4o. Proposta:
458 dois minutos sem acréscimo de um minuto e, aqueles/as que já foram
459 contemplados fala anterior teria um minuto para se manifestar. Resultado: 168
460 Favoráveis, 58 Contrários, 05 Abstenções. Matéria rejeitada por não alcançar 2/3
461 do quórum. Substituição na delegação da 4a RE: Marcia Nogueira Amorim por
462 Gesiane Peroni Brandão de Almeida. Continuidade com fala Contrária: Robson
463 Carvalho – 1a RE: fazendo coro a falas anteriores, faz referências às demandas da
464 igreja bem como à necessidade de uma resposta diante dos problemas. Favorável:
465 Orlando Carrafa – 4a RE: comparativamente com outras situações na sociedade,
466 como um ato de Fé, precisamos realizar o Concilio Presencial. Contrária: Denise
467 Dantas – 1a RE: vê como positivo a realização de um Concilio Online e cita
468 exemplos positivos ocorridos em outras instituições. Favorável: Algacyr Nunes
469 Jr. 8a RE: chama a atenção para uma realidade: a situação financeira da Sede
470 Nacional, que desde 2019 intensificou o repasse de seu saldo para as regiões
471 missionárias diante da não participação no envio das cotas missionárias por parte
472 de algumas regiões. Não há recursos financeiros. “Estamos fazendo o Concilio
473 Online no boleto”. Substituição na delegação da 8a RE: delegado leigo Roberto
474 Itajahy Lopes por Sindomar Nascimento da Silva. Contrário: Valter Lobato: a
475 igreja é tardia em tomada de decisões. Assim, um Concilio Online para eleições
476 proporcionaria a realização em julho de um Concilio Presencial com uma
477 condição extremamente missionaria. Favorável: Ismael Machado Correia – 6a
478 RE: a necessidade de um Encontro Presencial para tratarmos da igreja e, ademais,
479 o modelo online, não proporciona a relevância e o poder de estarmos juntos. Faz
480 um apelo às regiões inadimplentes façam o repasse missionário das cotas em
481 atraso. E favorável, por exemplo, à uma sessão online para acolhimento de
482 relatórios. Contrária: Renilda Martins Garcia: a proposta do CE e COGEAM se
483 dá a partir de duas vertentes, mas, há uma busca do que é essencial para a vida e
484 a missão da igreja. A proposta da COGEAM não apresenta a perspectiva
485 missionaria e apenas financeira. Favorável: Vânia Balthazar – 3a RE: favorável
486 ao presencial pela caminhada prática da igreja, evitando distorções nas matérias
487 discutidas. Tempo Esgotado. Ainda há 22 inscritos para fala “Favorável” e 06 para
488 fala “Contrária”. Questão de Ordem: Filipe Augusto Santos: Artigo 14: que se
489 vote, vencido o tempo regulamentar. O Bispo declarou fora de ordem. Proposta
490 de encaminhamento: Que prorogue a sessão até que se cumpra o propósito para
491 o qual a sessão foi convocada. Enquanto se prepara a votação, o Bispo Presidente
492 realiza a leitura da resposta da Consulta de Lei enviada pela CGCJ (**Anexo 06**).
493 Substituição de delegado clérigo na 1a RE: Ronan Boechat Amorim por
494 Christophe Marx Cortez Olinto. Bispo Luiz Vergílio passa a presidência para o
495 Bispo José Carlos Peres. A delegação da REMA comunica a saída do plenário do
496 Rev. Deonísio Agnelo dos Santos e não tem substituto clérigo. Proposta em
497 Votação quanto à prorrogação do tempo até cumprir o propósito da sessão:
498 Resultado: 158 Favoráveis, 73 Contrários, 02 Abstenções. A proposta é aprovada.
499 Retomando as falas. Contrário: Bruno Roberto – 1a RE: a proposta da 1a RE
500 reflete a pluralidade da Igreja. Sobre a proposta, o dado financeiro foi apresentado

através da mesma. Sobre a essência da missão, afirma que a COGEAM teve cinco anos para tratar da missão da Igreja e que no caderno de propostas não há nenhuma proposta de missão apresentada pela COGEAM, por exemplo. Substituição na delegação da 7a RE: sai Rogerio da Silva Oliveira e entra Paulo Cezar Oliveira. Questão de Ordem: Filipe Augusto Santo – 4a RE: artigo 17 do regimento com relação ao número de votos para a última votação realizada se são necessários 2/3 ou não devido ao fato da mudança do Regimento. O Bispo José Carlos Peres informa que são necessários 2/3 dos membros votantes do rol para que a proposta seja aprovada. Favorável: Paulo Roberto Garcia – 3a RE: embora tenha dificuldades em prorrogação de mandatos, vota favoravelmente a proposta pela demanda técnica e pelo cansaço que a sessão online gera. Faz referência à necessidade de ter um tempo de preparação e organização de agenda dos/as participante, sobretudo os/as delegados/as leigos e leigas. Esclarecimento sobre o artigo 17: Andressa Rélica – REMNE. Na última votação foram alcançados os 2/3? Bispo Peres esclarece que a proposta aprovada versava sobre o aumento do tempo e não necessitava de intermissão do Regimento. Contrário: Robson Alexandre Pereira – 1a RE: não estamos apenas debatendo eleição. Não há uma consulta. Já estamos em Concílio. O GT não sabe o que pode ser feito porque faltam recursos financeiros. Temos condição de discutir os temas relevantes da Igreja mesmo online. Questão de Ordem: Elizabeth Barbosa – 7a RE e CGCJ: segundo a interpretação, a proposta de prorrogação da sessão não alcançou 2/3 previstos no artigo 17 do Regimento. Bispo Peres encerra a questão através do texto previsto no artigo 11o do Regimento. Favorável: Flávio Artigas – 6a RE: a realidade dos fatos: questão financeira, não há problemas em se aguardar seis meses para a discussão missionaria da igreja, aprovar a proposta é ser prudente e esclarecido com relação ao futuro da igreja. Contrária: Hélio de Oliveira – 1a RE: já fomos superados pelos caminhos da sociedade e precisamos acompanhar o tempo. Pedido de Resposta concedido pelo Bispo Peres: Orlando Carrafa – 4a RE: Rev. Orlando Garrafa pede desculpas por ter citado a 1a RE, a intenção dele na fala era de destacar que a expectativa é termos um concílio que zele pela comunhão e pela caminhada missionaria da igreja”. Fala Favorável: Silvana Domingues de Almeida Chagas – 6a RE: a proposta do CE e COGEAM representa todas as regiões do Brasil, portanto, está em ordem para ser seguida por este plenário. Contrário: Carlos Eduardo Mota Chaves – 1a RE: esperar até julho é muito tempo diante das respostas que a igreja necessita. As questões financeiras também inviabilizam a realização do Concílio Presencial em julho. Favorável: Renato Oliveira – 6a RE: o que parece é que o maior peso está concentrado na prorrogação de mandatos. Assim, percebemos, por exemplo, o fator complicador de um sistema online, tendo em vista o fato de que inclusão online ainda não é algo realmente difundido e vivenciado de forma plena. Temos questões técnicas e financeiras que também precisam ser consideradas. Substituição na 3a RE: sai o delegado leigo Matheus Gonzalez Blanco Sanches e entra o delegado Valdecir Barreiros. Contrária: Neiva Brum – 7a RE: a igreja está utilizando de um preciosismo para não realização do Concílio online. Precisamos agir de forma intensa, pois há funcionários sem salários, igrejas endividadas e vamos esperar mais um ano assistindo toda esta realidade? Encerradas as falas contrárias. Fala Favorável: Ary Parreira – 6a RE: sobre a segurança sanitária precisamos buscar auxílio em especialistas e não na mídia e se coloca à disposição para auxiliar com indicações neste quesito. Rafael Oliveira – 8a RE: contra a prorrogação dos mandatos, mas, diante da realidade enfrentada financeiramente, não há outro

551 caminho. Também percebe a dificuldade de uma sessão tendo em vista a
552 experiência de hoje. Pediu que a COGEAM e o CE sejam mais claros na
553 propagação de informações necessárias sobre a vida e a missão da Igreja.
554 Substituição de delegado na 1a RE: Sai Rafael Bernardo Pontes e entra Wander
555 Xavier dos Santos. Fernando Monteiro – 6a RE: salienta o trabalho da COGEAM
556 na preparação e entende ser necessário a prorrogação dos mandatos pelo
557 conhecimento da situação e a dificuldade que um novo grupo teria de assumir esta
558 posição neste momento. Eva Ramão – 2a RE: favorável pelo presencial dada a
559 dificuldade que muitos delegados e delegadas enfrentam para acesso, por isso é
560 favorável à prorrogação dos mandatos e adiamento da sessão presencial. Bruno
561 Fernandes Soares – 7a RE: acredita que a melhor proposta foi apresentada depois
562 de um trabalho exaustivo para verificação do cenário mais adequado para a igreja.
563 Salienta que o formato online soma e acrescenta, mas, também limita a percepção
564 e a participação da maioria. Ter uma eleição em janeiro ou fevereiro é uma
565 demanda tão grande que possivelmente “não valha a pena” devido à necessidade
566 de pastoreio que nossas Comunidades apresentam. Não é o momento adequado
567 para uma mudança de liderança. Carla Alves Rosa – 7a RE: salienta a idoneidade
568 da COGEAM e CE bem como, não se sente convencida pelos argumentos
569 contrários à sessão presencial em julho e ao adiamento dos mandatos até
570 dezembro de 2022. Substituição na delegação da 6a RE: sai o clérigo Marcia
571 Regina da Silva e entra Edmilson Marques. Giselle Santos – 8a RE: confia no
572 trabalho do GT e da COGEAM e salienta que teve dificuldades ao longo do dia
573 não por desconhecimento da operação do sistema, mas, por falhas técnicas, por
574 isso apoia a sessão presencial em julho e a prorrogação dos mandatos até
575 dezembro de 2022. Ewander Ferreira Macêdo – 7a RE: vivemos um momento
576 ímpar na história da humanidade e consequentemente pela igreja e, não podemos
577 pensar ingenuamente que a simples mudança da liderança resolveria todos os
578 problemas, tendo em vista a idoneidade dos membros da COGEAM e CE.
579 Concorda que faltou celeridade ao processo. Este é um tempo de repensar nossa
580 eclesiologia. José Pontes Sobrinho – 4a RE: favorável e pede que os conciliares
581 votem favoráveis diante do quadro tão complicado que vivemos. Laura Valentin
582 – 3a RE: Pede autorização para realizar a leitura do que texto que segue: “Nós não
583 somos outras instituições, somos uma igreja. E a Metodista com sua peculiaridade
584 e singularidade onde olho no olho, acolhimento e principalmente doçura no falar
585 e respeito fazem parte de um conceito. Podemos ter opiniões diferentes, mas
586 jamais nos faltar com o amor. O Concílio presencial não se trata apenas de eleições
587 de cargos ou de resoluções financeiras, mas, de encontros de amigos e irmãos. É
588 bom ver nossos amigos eu tenho saudades dos meus amigos, da 4a RE de onde eu
589 sou oriunda. O Presencial fomenta nossa humanidade, coisa que estamos
590 perdendo ao longo do avanço da tecnologia que até funciona, mas também nos
591 distancia. O Presencial representa o que nós somos como igreja: um corpo unido,
592 diverso e bonito onde pessoas e ideias se encontram, onde Deus também se
593 encontra conosco. O Presencial manifesta a essência espiritual da igreja –
594 estarmos juntos: “todos os que criam estavam juntos e perseveravam na doutrina
595 dos apóstolos e na comunhão no partir do pão e nas orações e em cada alma havia
596 temor e muitos prodígios e sinais eram feitos pelos apóstolos todos os que criam
597 estavam unidos e tinham tudo em comum e vendiam suas propriedades e bens e
598 os repartiram por todos segundo a necessidade de cada um e perseverante todos
599 os dias no templo e partindo o pão em casa comiam com alegria e singeleza de
600 coração louvando a Deus e cada dia o Senhor acrescentava os que iam sendo

salvos”. O Presencial não é só uma questão institucional: o conclave presencial representa a nossa unidade espiritual porque Deus habita no meio do seu povo e ali o Senhor ordena a sua bênção para sempre. Onde há um conclave de irmãos e irmãs o óleo escorre sobre a cabeça e desce sobre a barba de Arão e esse é meu desejo que essa igreja esteja unida, reunida ainda que pensando de maneira diversa, mas amistosamente unidos presencialmente para que o Senhor faça a vontade dele na nossa vida. Essa é a minha fala. Deus abençoe”. Ronald Silva Lima – 3a RE: favorável por tudo o que ouviu do GT e não convencido pelos argumentos contrários apresentados. Claudir Dutra – REMA: a necessidade da prorrogação dos mandatos também passa por uma questão de governo, tendo em vista o fim das atuais procurações. Portanto, não há problema na excepcionalidade do momento em que vivemos. Jonas Adolfo Sala – 2a RE: não seria prudente mudar a direção no momento em que vivemos, por isso é favorável à prorrogação dos mandatos e realização da sessão online em julho. Nelson Magalhães – 7a RE: levando em consideração o cuidado que todo o grupo teve na organização e levantamento dos cenários é favorável a realização da sessão presencial em julho e a prorrogação dos mandatos. Bispo Adonias Pereira do Lago – 5a RE: apesar de todo contexto contrário, temos percebidos e visto que a Igreja de Jesus não parou durante a Pandemia e o CG pode colaborar neste processo de aperfeiçoamento, crescimento e discipulado para a Glória de Deus. Encerradas as falas contrárias e favoráveis, a proposta será colocada em votação. Substituição na delegação da 8a RE: Alexandre Pereira de Paula por Luciana Dias. Substituição na delegação da 6a RE: Saindo Périkles Emanuel de Souza e entrando Tadeu Kiyoshi Sakiyama. Sobre o pedido de reconsideração de matéria da irmã Jamile Durães e parecer da CGCJ: a irmã informa que diante da ilegalidade do encaminhamento, entrará com liminar junto à CGCJ. **VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO COGEAM E CE:** Bispo José Carlos Peres coloca em votação a Proposta da COGEAM e CE, com o seguinte resultado: 166 Favoráveis, 83 Contrários, 0 Abstenções. O Revmo Bispo Peres faz a seguinte declaração: “A proposta não passou, precisamos de dois terços. Eram 178, nós tivemos 166 como aprovados e contrários 83 e abstenção 0. Agora, nós aguardamos um encaminhamento do Concílio”. A seguir o Bispo Peres passa a presidência para o Bispo Luiz Vergílio. **Interrupção da sessão:** às vinte horas e vinte minutos o Bispo Presidente declara sessão suspensa por cinco minutos. **Retomada da sessão:** a sessão é retomada às vinte horas e trinta e três minutos. Substituição na delegação clérigo da 8a RE: José Diomar por Alexandre de Paula. Questão de Ordem: segundo o Rev. Edinei Reolon – 8a RE, ele havia pedido a Questão de Ordem antes da votação, mas, não foi atendido: Artigo 107 dos Cânones. O parágrafo 5o não se aplica a esta sessão. Assim, apresenta a seguinte questão: que seja solicitada a revisão da decisão pela presidência no que diz respeito a necessidade de 2/3 para aprovação da matéria em questão apresentada pela COGEAM e CE, baseado no artigo 107 paragrafo 5º e artigo 240 que versam sobre sessões da reunião conciliar, afirmo não haver necessidade de aprovação com 2/3 uma vez que não se trata de Concilio extraordinário e nem de alteração de prazo de reunião. Quando no art 240 trata de suspensão de reunião, não aborda a questão de “ultrapassar” período de concílio. Além disso, o art. 107 paragrafo 5 trata de plenário e não de rol do concílio. O referido art. 107 trata das questões relativas à convocação de reunião e não de agendamento de datas de sessões. Sendo assim, a votação alcançou votos suficientes para ser declarada vencedora. Na consulta de lei, não deve ser levado em conta o arrazoado canônico inicial, somente a conclusão. E na conclusão não é citada a questão do 2/3. (**Anexo**

7) O Bispo orienta que é necessário o pedido de um recurso junto à CGCJ. A seguir passa a palavra ao Bispo João Carlos que apresenta a seguinte proposta: “Os mandatos já estão prorrogados. Só não sabemos até quando. No dia primeiro de janeiro os mandatos estarão vencidos. Já teremos que ir aos respectivos cartórios para registrar atas oficializando a renovação de mandatos. Precisamos sair daqui com alguma clareza do que vamos fazer. Então, aqui vão algumas sugestões de clareza: Teremos concílio em julho, seja presencial ou online. Isso dará tempo para que as regiões inadimplentes possam acertar os seus débitos. Que os mandatos sejam prorrogados até 31/07. A COGEAM e o CE são eleitos para liderar a ação missionária da igreja. Portanto seria uma contradição fazer eleições desses órgãos sem ter o planejamento Missionário aprovado. O próximo Colégio Episcopal e a próxima COGEAM terão mandato de cinco meses a mais ao invés de sete meses a menos. Os Concílios Regionais acontecerão em novembro e dezembro de dois mil e vinte e dois.” O Bispo Presidente é questionado sobre a questão de ordem do Rev. Edinei Reolon e informa que está com a CGCJ para parecer. **Interrupção da sessão:** Às vinte horas e quarenta e oito minutos a sessão é suspensa para aguardar parecer da CGCJ sobre a consulta de lei. **Retomada da sessão:** a sessão é retomada às vinte e duas horas e quarenta e três minutos. O Bispo Presidente apresenta o retorno à consulta de lei à CGCJ (**Anexo 08**). De acordo com o parecer da CGCJ os 2/3 são referentes aos delegados e delegadas presentes no momento da votação e não do número total de delegados e delegadas do CG: *“Resta claro a necessidade do quórum 2/3 para a aprovação da matéria, no entanto vale ressaltar que o artigo é enfático ao determinar que são 2/3 dos membros votante em plenário e não dos membros votantes do concílio. Desta forma, entendo que a exigência de 2/3 dos membros votantes conciliares presentes em plenário não podem ser afastada, visto a sua determinação canônica. Sendo assim, dou parcial provimento ao recurso, no sentido de reafirmar que a exigência de 2/3 deve se ater aos conciliares votantes presentes em plenário e não ao total de membros votantes do concílio, visto que a exigência de 2/3 dos membros votantes do Concílio só se aplica para instalação e não às votações conforme dispõe do art. 241, Caput dos Cânones”*. O Bispo presidente ressalta ter alguns pedidos de esclarecimento e com questões de ordem e afirma seu entendimento de que a matéria já foi vencida. Substituição na delegação clérigo da REMNE: Luís Fernando Carvalho Sousa Moraes por Fernando Balthar. O Bispo Presidente faz a leitura dos nomes inscritos para questões de ordem e o seu entendimento de que a matéria já foi deliberada pela CGCJ e que a proposta já está aprovada e que o caminho da Igreja deve sempre ser o caminho da graça; que as questões canônicas e jurídicas nos ajudam, na medida em que elas são iluminadas pela graça”. **ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** Às vinte e duas horas e cinquenta e cinco minutos, o Bispo Presidente declara aprovada a proposta da COGEAM e CE e, tendo vencido a pauta da convocação da sessão, declara encerrada a primeira sessão online de nosso 21o Concílio Geral e que será retomada na segunda sessão em julho de 2022. Termina rogando “que Deus nos abençoe e que Deus nos guarde. Boa noite a todos e a todas. Amém!”. Ata redigida por Luciano José Martins da Silva, Secretário de Atas “Ad hoc”.